

R C & C

REVISTA DE CONTABILIDADE E CONTROLADORIA

## INVESTIMENTOS SOCIAIS E AMBIENTAIS DE UMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA: EVIDENCIAÇÃO POR MEIO DE BALANÇO SOCIAL

**SOCIAL AND ENVIRONMENTAL INVESTMENTS OF A FINANCIAL INSTITUTION: DISCLOSURE  
THROUGH SOCIAL REPORT**

Recebido em 20.04.2011 | Aceito em 13.06.2011 | Segunda versão aceita em 08.08.2011 |

Nota: este artigo foi aceito pelos Editores Romualdo Douglas Colauto e Ademir Clemente e passou por uma  
avaliação *double blind review*

---

SANDRO VIEIRA SOARES

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC | Departamento de Ciências Contábeis | Rua Capitão Romualdo de Barros, 281 | Carvoeira | Florianópolis-SC | Tel. (48) 3721 6622 | E-mail: sandrovieirasoaes@yahoo.com.br |

JOVANI LANZARIN

Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina | Departamento de Ciências Contábeis | Universidade Federal de Santa Catarina | Avenida Desembargador Vitor Lima, 700, apto 140 | Trindade | Florianópolis-SC | Tel. (48) 3721 6622 | Email: lanzarinj@hotmail.com |

ELISETE DAHMER PFITSCHER

Doutora em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina | Docente do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina | Docente do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Aberta do Brasil | Departamento de Ciências Contábeis | Universidade Federal de Santa Catarina | Campus Universitário | Trindade | Florianópolis-SC | Tel. (48) 3721 9383 | Email: elisete@cse.ufsc.br |

## RESUMO

Existem alguns modelos de Balanço Social que podem ser utilizados pelas entidades para divulgação de informações de natureza social e ambiental, embora nenhum dos modelos existentes seja obrigatório no Brasil. O modelo de Balanço Social estudado nesta pesquisa é o modelo IBASE. O objetivo desta pesquisa é responder quais foram os avanços e retrocessos de investimentos sociais e ambientais de uma instituição financeira segundo seu Balanço Social. Esta pesquisa foi classificada como um levantamento, baseado em dados secundários, com análise quali-quantitativa das informações. A empresa analisada foi uma das maiores instituições financeiras no Brasil e este trabalho analisou os investimentos desta instituição entre os anos de 2002 e 2007, quando a empresa sofreu uma fusão. Os resultados apontam que existe uma correlação moderada, correlação forte e até correlação perfeita positiva entre itens Receita Líquida, Resultado Operacional e Folha de Pagamento Bruta com os Indicadores Sociais Internos e Indicadores Sociais Externos; o mesmo não é observado quando analisados em relação aos os Indicadores Ambientais que apresenta uma correlação fraca positiva.

**Palavras-chave:** Balanço Social. Investimentos Sociais e Ambientais. Instituições financeiras.

## ABSTRACT

There are some models of Social Reports that can be used by entities to disseminate information of social and environmental, although none of the existing models is mandatory in Brazil. The Social Report studied in this research is the IBASE model. The objective of this research is to answer what were the positive and negative social and environmental investment from a financial institution under its Social Report. This research was classified as a survey, based on secondary data, with analysis of qualitative and quantitative information. The company was considered one of the largest financial institutions in Brazil and this study analyzed the investments of the institution between the years 2002 and 2007, when the company underwent a merger. The results show that there is a moderate correlation, strong correlation, even perfect positive correlation between items of Base of Calculation with the Internal Social Indicators and External Social Indicators, the same is not observed when examined in relation to the Environmental Indicators that shows a weak correlation positive.

**Keywords:** Social Balance Sheet. Social and Environmental Investments. Financial Institution.

## I INTRODUÇÃO

Devido às exigências do mercado consumidor cada vez mais consciente da preservação ambiental e responsabilidade social, as organizações estão mudando sua forma de gestão para adaptarem-se as demandas do mercado. A onda de consumidores socialmente responsáveis atinge todos os nichos do mercado e todo tipo de ação inovadora pode trazer um viés que conote responsabilidade social.

A adoção de sacolas retornáveis em supermercados, a venda de refis para perfumes por empresas de cosméticos, a impressão de talões de cheque em papel reciclado, o uso de louças em cafés e lanchonetes em detrimento do uso de copos descartáveis são pequenos exemplos de tentativas de redução de impacto ambiental por empresas.

Os meios que as empresas dispõem para comunicação de suas atividades socialmente responsáveis e ecologicamente sustentáveis englobam desde os relatórios produzidos pelas empresas como o Relatório Anual, Relatório de Sustentabilidade e o Balanço Social até as mais diversas mídias tais como televisão, jornais, rádios, mídia impressa, materiais promocionais e principalmente a *internet* por meio de *sites* institucionais e redes sociais. As empresas dispõem de tantas formas de divulgação na área de administração chegou-se a se desenvolver o chamado *marketing* ambiental (TREVISAN, 2002).

A contabilidade, que é um mecanismo de gestão de informação com a finalidade de prover informações para tomada de decisão para os mais diversos usuários, também desenvolveu meios de gerir a informação social e ambiental e divulgar essas informações aos potenciais interessados por meio do Balanço Social e Relatórios de Sustentabilidade.

Em virtude da divulgação dessas informações não ser regulada por Lei no Brasil, as empresas brasileiras adotaram modelos internacionais assim como modelos desenvolvidos por entidades. Enquadram-se nos primeiros o *Global Reporting Initiative – GRI* – e entre os últimos os modelos do Instituto Ethos e do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE (GODOY, 2007). Dada esta contextualização delimita-se o tema desta pesquisa: O modelo de Balanço Social do IBASE. O problema que esta pesquisa pretende responder é: **Quais foram os investimentos sociais de uma instituição financeira entre os anos 2002 e 2007 segundo as informações de seu Balanço Social?**

Para tanto esta pesquisa analisa os Balanços Sociais de modelo IBASE de uma instituição financeira do tipo sociedade anônima de capital aberto com ações negociadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo – BM&FBovespa dos anos de 2002 a 2007. A análise dos investimentos sociais e ambientais propriamente ditos foi permeada por uma análise acerca da capacidade informacional dos balanços sociais estudados e as implicações de uma análise equivocada.

## 2 METODOLOGIA DA PESQUISA

Esta pesquisa possui alguns enquadramentos metodológicos acerca dos seus objetivos, da abordagem do problema e dos procedimentos de análise dos dados. Segundo seus objetivos este trabalho se trata de uma pesquisa descritiva. Segundo Andrade (2008) a pesquisa descritiva é aquela na quais fenômenos do mundo físico e humano são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, mas não manipulados pelo pesquisador. Já segundo Gil (2010) a pesquisa descritiva é aquela que tem como objetivo descrever e estudar as características de determinado grupo que pode ser entendido como objeto de estudo.

Quanto a abordagem este trabalho é classificado como predominantemente qualitativo que segundo Martins e Theóphilo (2009) caracterizam como descrição, compreensão, interpretação de fatos e fenômenos. Diz-se predominantemente quantitativa segundo a concepção de Goode e Hatt (1979) de que não faz sentido delimitar uma pesquisa como exclusivamente quantitativa ou qualitativa dado que há um *continuum* entre os dois pólos e que apesar da sofisticação das ferramentas de mensuração estatística a característica medida sempre é uma qualidade.

Quanto ao procedimento técnico, esta pesquisa trata-se de um levantamento. A coleta de dados para a execução deste artigo se deu através de consulta a *home page* da instituição financeira e no banco de dados disponível na *home page* do IBASE. Foram encontrados balanços sociais do modelo definido nesta pesquisa entre os anos de 2002 e 2007. A empresa também divulgava informações de natureza sócio ambiental através do site institucional e de seus relatórios anuais. No entanto as informações divulgadas por outros meios que não o balanço social IBASE não fazem parte do objetivo desta pesquisa, assim limitando-se a este fato.

Os dados foram analisados com utilização de algumas ferramentas tais como estatística descritiva, correlação, análise vertical e horizontal de demonstrações contábeis. O *software* utilizado para os cálculos estatísticos e elaboração dos gráficos foi o editor de planilhas Microsoft Excel® versão 2007. Outra limitação desta pesquisa é que os dados coletados foram tomados como verossímeis não sendo objeto de investigação que comprovasse a veracidade dos mesmos.

## 3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica da pesquisa engloba alguns aspectos que fundamentam a análise desenvolvida da próxima seção, quais sejam: regulamentação da divulgação de informações de natureza social e ambiental, Balanço Social e pesquisas anteriores.

### 3.1 REGULAMENTAÇÃO DA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL

Não existe em vigência, no Brasil, instrumento legal a nível nacional de exija que as empresas divulguem informações de natureza social e ambiental. No entanto, quando analisada a origem do modelo de Balanço Social IBASE este possuía em uma de suas seções um modelo de

Demonstração de Valor Adicionado - DVA. Esta demonstração, a partir das discussões acerca da convergência de normas internacionais, também descrita por alguns críticos como a adoção de normas norte-americanas de contabilidade por outros países acabou por se tornar obrigatória a um segmento de determinadas empresas no Brasil, conforme mostra o artigo n. 176 da Lei 6.404 de 1976 e suas alterações posteriores:

Art. 176. Ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício:

I - balanço patrimonial;

II - demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados;

III - demonstração do resultado do exercício; e

IV – demonstração dos fluxos de caixa; e (Redação dada pela Lei nº 11.638, de 2007)

V – se companhia aberta, demonstração do valor adicionado. (Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007).

Como se pode ver a elaboração e divulgação da Demonstração do Valor Adicionado se tornou obrigatória a partir de 2007. No entanto, o Conselho Federal de Contabilidade já havia, em 2004, emitido uma norma, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2006 e recomendação de adoção antecipada, acerca de informação de natureza social e ambiental: a NBC T 15 - Informações de Natureza Social e Ambiental. Na seção 15.2 – Informações a serem divulgadas – estão descritas os grupos de informações que devem ser divulgadas, que são: (1) Geração e Distribuição de Riqueza – DVA; (2) Recursos Humanos; (3) Interação da Entidade com o Ambiente Externo; (4) Interação com o Meio Ambiente.

No entanto, não é de competência do Conselho Federal de Contabilidade regular as demonstrações das entidades, tão somente cabendo ao CFC regular a atividade dos contadores. A regulação das demonstrações financeiras obrigatórias cabe ao poder legislativo ou a órgão específico designado em Lei. Um exemplo disso foi a Lei estadual n. 13.186 aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, em 18 de janeiro de 2000 cuja ementa é “Cria o Certificado Responsabilidade Social – RS – para empresas estabelecidas no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências”.

Esta Lei instituiu que as empresas gaúchas que publiquem um Balanço Social, que possua as informações mínimas descritas na Lei, recebam o Certificado Responsabilidade Social e ainda instituiu que todo o ano a Assembleia Legislativa eleja as melhores iniciativas empresariais e confira a estas o Troféu Responsabilidade Social – Destaque RS.

O Estado de Santa Catarina aprovou uma Lei similar a do seu estado vizinho: a Lei estadual nº 12.918, de 23 de janeiro de 2004, também instituiu o Certificado de Responsabilidade Social e o Troféu Responsabilidade Social - Destaque de Santa Catarina – entregue às empresas que se destacarem quanto a prática de responsabilidade social e divulgação dessa prática por meio de Balanço Social. A Lei federal 6.404/76, a NBC T 15, a Lei estadual 13.186 do Rio Grande do Sul e a Lei estadual 12.918 de Santa Catarina são quatro exemplos de normatização que provam que a questão da divulgação de informações sociais e ambientais tem sido discutida em vários meios.

### 3.2 BALANÇO SOCIAL

Alguns autores conceituam o Balanço Social como um meio de divulgação de informações sociais e ambientais. Segundo Tinoco e Kraemer (2004, p. 87), o Balanço Social “é um instrumento de gestão e de informação que visa evidenciar [...] informações contábeis, econômicas, ambientais e sociais, do desempenho das entidades, aos mais diferenciados usuários”. Godoy (2007) afirma que existem três modelos principais de Balanço Social que as empresas brasileiras costumam utilizar: o modelo IBASE, o modelo Ethos e o *Global Reporting Initiative* – GRI.

O modelo IBASE se trata hoje, de um projeto encerrado pelo seu idealizador, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE. No entanto, esse modelo alcançou certa popularidade entre as empresas dado a facilidade de sua elaboração. Analogamente a um Balanço Patrimonial, o modelo IBASE possui informações quantitativo-financeiras e deve ser publicado com dados do ano presente e do ano anterior para permitir a comparabilidade. Esse modelo é dividido em critérios que agrupam determinados tipos de informação como mostra o Quadro 1:

**Quadro 1** - Divisões do modelo IBASE de Balanço Social

Seção	Componentes
Base de Cálculo	Receita líquida, Resultado operacional e Folha de pagamento bruta.
Indicadores Sociais Internos	Alimentação, Saúde, Previdência privada, Educação, Cultura, Auxílios-creche, Saúde e Segurança do trabalho
Indicadores Sociais Externos	Educação, Cultura, Saúde, Saneamento, Esporte, Combate à fome na comunidade, Subsídios e patrocínios a programas de inclusão social
Indicadores Ambientais	Investimentos de preservação e recuperação do meio ambiente ligados ou não às atividades da empresa.
Indicadores do Corpo Funcional	Nº total de empregados, de admissões, de empregados terceirizados, de estagiários, de empregados com mais de 45 anos, de mulheres e de negros bem como os percentuais de cargos de chefia ocupados por mulheres e negros.
Exercício da Cidadania Empresarial	Comparativo da gestão cidadã ocorrida e estimativas para o exercício seguinte.
Outras Informações	Todas as outras informações relevantes

Fonte - Ebsen *et al.* (2010)

O modelo do Instituto Ethos apresenta categorias diferentes embora algumas das categorias sejam bastante semelhantes as do modelo IBASE como mostra o Quadro 2.

**Quadro 2** - Divisões do modelo do Instituto Ethos de Balanço Social

CATEGORIAS
Valores, Transparência e Governança
Público Interno
Meio Ambiente
Fornecedores
Consumidores e Clientes
Comunidade
Governo e Sociedade

Fonte - Adaptado de Ebsen *et al.* (2010)

A nomenclatura das categorias é diferente, mas algumas delas tratam de informações da mesma natureza como 'Indicadores Sociais Internos' (IBASE) e 'Público Interno' (Ethos), 'Indicadores Ambientais' (IBASE) e 'Meio Ambiente' (Ethos) e os 'Indicadores Sociais Externos' (IBASE) e as categorias 'Fornecedores', 'Consumidores e Clientes', 'Comunidade' e 'Governo e Sociedade' (Ethos).

Por fim, há o modelo *Global Reporting Initiative* – GRI, apontado por alguns críticos como o modelo mais completo que pode ser utilizado para divulgação de informações sociais e ambientais. Alguns críticos do assunto, inclusive, tratam o GRI não como um Balanço Social, mas como um Relatório de Sustentabilidade, o que conota uma evidenciação mais ampla e aprofundada de informações. O GRI trata-se de um modelo internacional de divulgação de informações sociais e ambientais. Este modelo também é dividido em categorias comuns aos dois modelos já apresentados, como mostra o Quadro 3:

**Quadro 3** - Categorias de informação do GRI

Indicadores
Indicadores de Desempenho Econômico
Indicadores de Desempenho do Meio Ambiente
Indicadores de Desempenho Referentes a Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente
Indicadores de Desempenho Referentes a Direitos Humanos
Indicadores de Desempenho Referente à Sociedade
Indicadores de Desempenho Referentes à Responsabilidade pelo Produto

Fonte - Adaptado de Godoy (2007)

Com a descontinuidade do modelo IBASE e com a possibilidade de adoção de um modelo internacionalmente utilizado para evidenciação de informações sociais e ambientais, a tendência atual é que as empresas brasileiras comecem a utilizar-se do GRI cada vez mais. No entanto, esta pesquisa não tem por objetivo analisar essa tendência e sim os investimentos de uma instituição financeira de capital aberto.

### 3.3 ESTUDOS ANTERIORES

A temática da responsabilidade social empresarial e mais especificamente os Balanços Sociais, apesar de relativamente recentes, quando comparadas com outras áreas da contabilidade como a auditoria, por exemplo, têm sido foco de diversas pesquisas. O uso do Balanço Social como um instrumento de *marketing* é discutido por Trevisan (2002). A conclusão do autor foi a de que diante do aumento da percepção de cidadania representada por um produto, o Balanço Social torna-se um elemento estratégico em potencial para gestão de *marketing* usado por executivos.

David (2003) já analisou os Balanços Sociais enviados a Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul e concluiu que nem todas as informações divulgadas são adequadas e expôs que a qualidade das informações tinha muito a melhorar. A relação entre o desempenho financeiro de uma empresa e suas ações de responsabilidade social foi analisada por Kitahara (2007), que analisou uma amostra de 897 balanços sociais do modelo IBASE, de 298 empresas diferentes. O autor chegou a conclusão que há uma relação estatística positiva entre o desempenho financeiro e as ações de responsabilidade social.

A pesquisa de Kitahara (2007) corrobora os resultados encontrados pela pesquisa de Frey e Silveira Filho (2003) que verificaram que o aumento do volume de faturamento das empresas estudadas, reflete no aumento do volume de ações voltadas aos funcionários, destacando a previdência privada e a participação nos lucros. Os autores completam ainda que os investimentos em cidadania e meio ambiente foram pouco significativos.

A análise estatística de itens do Balanço Social também foi objeto de estudo nos trabalhos de Sousa *et al.* (2009), Ceretta *et al.* (2009) e Soares, Lanzarin e Casagrande (2010). Sousa *et al.* (2009), após estudo comparativo entre duas instituições financeiras, encontraram correlação positiva forte entre o faturamento e os indicadores internos e externos; e correlação negativa fraca entre o faturamento e os investimentos em meio ambiente.

Ceretta *et al.* (2009) analisaram os Balanços de 59 empresas brasileiras, entre 2005 e 2008, e verificaram uma correlação positiva entre o faturamento e os indicadores sociais internos e externos. Os resultados da análise das variáveis faturamento, investimentos internos e externos de Ceretta *et al.* (2009) e Meirelles Neto *et al.* (2009) foram convergentes.

Soares, Lanzarin e Casagrande (2010) analisaram o Balanço Social de uma empresa siderúrgica e correlacionaram o desempenho financeiro e os investimentos sociais e ambientais. A correlação entre a receita da empresa e os investimentos sociais internos e externos foi muito forte ( $r$  de 0,93 e 0,97, respectivamente), mas a correlação entre as receitas e os investimentos ambientais foi bem mais fraca ( $r$  de 0,65).

Oliveira, Silva Júnior e Silva (2010) apontaram que investimentos em práticas de Responsabilidade Social não implicam melhor ou pior desempenho do valor de mercado das empresas, aproximando-se do resultado encontrado por Guimarães e Leite Filho (2007) quanto à capacidade de a Responsabilidade Ambiental influir aspectos econômicos das entidades. Os autores confirmaram, ainda, existir uma relação entre o porte das empresas e o valor dos investimentos sociais corporativos, conforme já havia sido detectado por Frey e Silveira Filho (2003).

O Balanço Social, no entanto, precisa ser adaptado a realidade de cada empresa dado que as ações de empresas com fins lucrativos diferem das empresas do terceiro setor. Nesse ponto

Frey, Marcuzzo e Oliveira (2008), e Correa, Carvalho e Alves (2009) e Pfitscher e Maria (2011) propuseram modelos customizados de Balanço Social para um município, para a Marinha do Brasil, e para uma cooperativa de crédito, respectivamente.

Santolin e Frey (2005) apontam que, quando da divulgação de informações acerca de um projeto, devem-se levar em conta duas dimensões: a relevância do investimento e o alcance do investimento na sociedade. Na amostra estudada, os autores detectaram uma evidenciação falha dessas dimensões e concluíram que em função do estágio atual [em 2005], da alta qualidade gráfica, da falta de regulamentação quanto à forma, ao conteúdo e ao prazo de publicação, da baixa qualidade das notas explicativas e da ausência de evidenciação de aspectos negativos, o Balanço Social se inclina mais para um instrumento de *marketing* do que para uma demonstração de impacto social.

Os trabalhos de Trevisan (2002) e Santolin e Frey (2005) trançam comentários convergentes acerca do uso do Balanço Social como ferramenta de *marketing*. O uso do Balanço Social exclusivamente com fins de *marketing* contradizem os conceitos mais conhecidos de responsabilidade social, pois esta é expressada pelas ações dos gestores das entidades para com os agentes envolvidos. (RICHARTZ, FREITAS e PFITSCHER, 2009).

Ebsen *et al.* (2011) utilizaram o Balanço Social como um mecanismo de fiscalização legal estudando se instituições financeiras empregavam o número mínimo de portadores de necessidades especiais explicitados na Lei 8.213/91. O estudo apontou que com uma alteração o Balanço Social poderia ser tornar um mecanismo eficaz para a fiscalização dessa Lei e apontou que ainda que a maioria das instituições estudadas apresentasse desempenho irregular no que tange ao cumprimento da Lei apesar de apresentar avanços nos períodos recentes.

## 4 DESCRIÇÃO DO RESULTADOS

Esta seção apresenta a análise do Balanço Social da instituição financeira pesquisada. A coleta dos Balanços Sociais modelo IBASE relativos a empresa foi realizada através do próprio *site* [www.balancosocial.org.br](http://www.balancosocial.org.br) e no Relatório de Sustentabilidade da entidade estudada.

### 4.1 A EMPRESA ESTUDADA

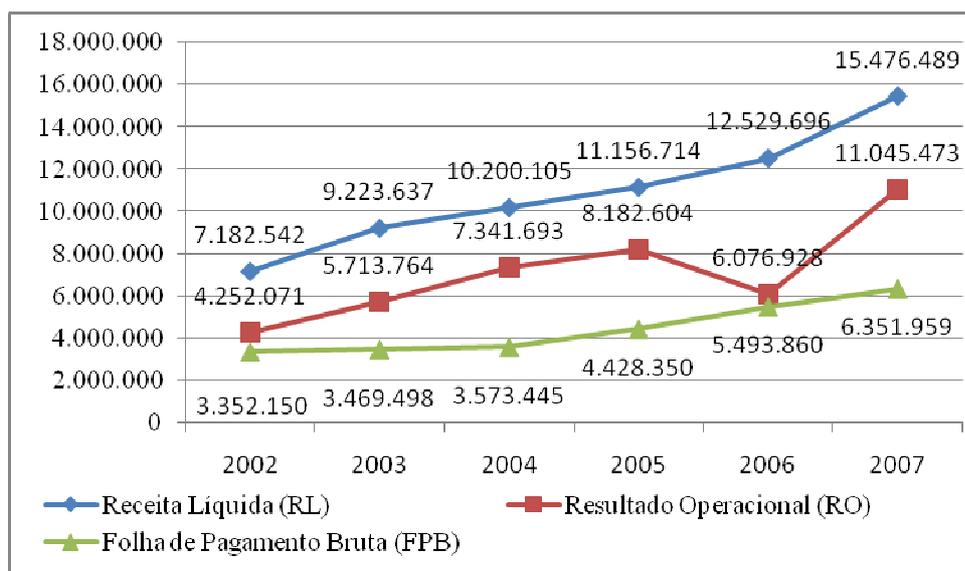
Na década de 40 foi constituído o banco pesquisado, inicialmente com 22 funcionários e distribuído em três agências na cidade de São Paulo. Sua trajetória é marcada por fusões e incorporações; nos anos de 1960 figurava como a 16ª maior instituição financeira do país. Na década seguinte continua a expandir-se, figurando como a instituição com maior número de agências no Brasil. (Fonte: dados pesquisados). Em 1980 teve início o processo de inserção no mercado internacional com a abertura de agências nas cidades de Buenos Aires e Nova York. Esta década também foi marcada devido à adoção de práticas de Responsabilidade Social através da criação de um instituto cultural que implantou um banco de dados informatizado, com o objetivo de incentivar a pesquisa sobre a cultura brasileira.

Na década de 1990 a instituição aumentou sua estrutura com a aquisição de bancos estaduais vendidos pelo governo na época das privatizações e concessões do serviço nacional. Já nos anos 2000 a empresa constituiu o comitê executivo de Responsabilidade Social a fim de reforçar sua política e missão com o objetivo de se tornar a melhor empresa em sustentabilidade e satisfação dos clientes, obtendo posteriormente reconhecimento das suas práticas através do índice *Dow Jones Sustainability World Index* (DJSI) que é um dos índices globais mais respeitados sobre a sustentabilidade corporativa. (Fonte: dados pesquisados). Dada esta breve exposição sobre a empresa estudada, nas próximas seções são apresentadas informações acerca do desempenho financeiro da entidade e as informações sociais e ambientais divulgadas no Balanço Social.

## 4.2 COMPORTAMENTO DA BASE DE CÁLCULO

São apresentados na Figura 1 os dados da instituição financeira, que compõem a Base de Cálculo do Balanço Social - Modelo IBASE, representados pela Receita Líquida, Resultado Operacional e Folha de Pagamento Bruta.

Figura 1 - Base de Cálculo



Fonte - Adaptado dos Balanços Sociais da Companhia

Nota-se que a Receita Líquida apresentou um crescimento médio anual de 23% sem significativas oscilações. O Resultado Operacional apresenta crescimento semelhante ao da Receita Líquida entre os anos de 2002 e 2005, no entanto o ano de 2006 é marcado por uma queda de aproximadamente 25% em relação ao ano anterior, já o ano de 2007 apresenta uma recuperação em torno de 81% referente a 2006 e se comparado ao ano de 2005 demonstrou um crescimento de 35%.

Verifica-se que apesar da queda em 2006 o Resultado Operacional apresentou um crescimento médio anual de 32%. Quanto aos investimentos em Folha de Pagamento Bruta, estes

apresentaram variação pouco significativa até 2004 quando iniciou uma série de crescimentos mais elevada, apresentando no período observado uma média de crescimentos de 18% ao ano.

Observa-se no período analisado (2002-2007) que os valores constantes na Base de Cálculo da instituição obtiveram crescimento elevado, o Resultado operacional foi o componente que teve maior evolução apresentando um crescimento total de 160%, a Receita Líquida totaliza um crescimento de 115%, e a Folha de Pagamento Bruta acumulou um crescimento relativamente menos expressivo de 89%.

#### 4.3 COMPORTAMENTO DOS INVESTIMENTOS SOCIAIS INTERNOS - ISI

Os indicadores sociais internos são ações e investimentos realizados na forma de benefícios, participações e obrigações junto ao público interno da entidade. Os subindicadores que compõem os Indicadores Sociais Internos são: Alimentação, Encargos sociais compulsórios, Previdência Privada, Saúde, Segurança e Medicina no Trabalho, Educação, Cultura, Capacitação e desenvolvimento profissional, Creches ou auxílio-creche, Participação nos lucros ou resultados e Outros. Na Tabela 1 evidenciam-se os ISI em quantias absolutas investidas no período de 2002-2007.

**Tabela 1 – Indicadores Sociais Internos 2002-2007**

Indicador	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Alimentação	187.991	208.381	233.077	264.357	323.825	377.545
Encargos sociais compulsórios	607.883	657.380	688.343	822.099	932.183	1.072.835
Previdência privada	45.632	2.510	31.839	31.481	66.500	49.443
Saúde	81.479	100.574	117.226	157.956	170.412	189.957
Segurança e medicina no trabalho	528	9.334	1.135	3.003	4.690	5.759
Educação	20.373	3.469	3.884	7.115	15.212	15.700
Cultura	9	18	0	0	0	0
Capacitação e desenvolvimento profissional	23.873	38.176	45.354	51.872	55.357	65.008
Creches ou auxílio-creche	13.171	14.644	15.700	15.954	16.539	19.103
Participação nos lucros ou resultados	179.439	295.300	513.144	679.333	957.218	1.096.143
Outros	42.665	38.360	70.440	68.448	68.996	79.833
Total - Indicadores Sociais Internos	1.203.043	1.368.146	1.720.142	2.101.618	2.610.932	2.971.325

Fonte - Adaptado dos Balanços Sociais da Companhia

Observou-se que os Encargos sociais compulsórios, Participação nos lucros ou resultados, Alimentação e Saúde foram os subindicadores que receberam as maiores somas de investimentos apresentando aumentos de 76%, 511%, 101% e 133%, respectivamente, no período analisado. Na Tabela 2 apresentam-se os ISI em percentual no período de 2002-2007.

**Tabela 2 - Indicadores Sociais Internos 2002-2007 em %**

Indicador	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Alimentação	16%	15%	14%	13%	12%	13%
<b>Encargos sociais compulsórios</b>	<b>51%</b>	<b>48%</b>	<b>40%</b>	<b>39%</b>	<b>36%</b>	<b>36%</b>
Previdência privada	4%	0%	2%	1%	3%	2%
Saúde	7%	7%	7%	8%	7%	6%
Segurança e medicina no trabalho	0%	1%	0%	0%	0%	0%
Educação	2%	0%	0%	0%	1%	1%
Cultura	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	2%	3%	3%	2%	2%	2%
Creches ou auxílio-creche	1%	1%	1%	1%	1%	1%
Participação nos lucros ou resultados	15%	22%	30%	32%	37%	37%
Outros	4%	3%	4%	3%	3%	3%
<b>Total - Indicadores Sociais Internos</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Fonte - Adaptado dos Balanços Sociais da Companhia

O item Encargos sociais compulsórios teve maior destaque no início do período analisado, sendo responsável por 51% do total dos ISI, nos anos seguintes foi diminuindo sua representação até a marca de 36%, contrapondo o subindicador Participação nos lucros e resultados que no início representou 15% e atingiu no final do período a marca de 37%, ou seja, nos dois últimos períodos era maior a destinação à Participação em lucros e resultados do que Encargos sociais compulsórios.

Na Tabela 3 estão relacionados todos os cálculos que foram feitos correlacionando cada um dos itens da Base de Cálculo com o total de investimentos sociais internos. O cálculo foi feito considerando os encargos compulsórios (início da Tabela 3) e desconsiderando os mesmos (final da Tabela 3) dada à natureza de obrigatoriedade desses encargos não se trata de investimento social, e sim de simples cumprimento legal.

**Tabela 3 - Correlação entre Base de Cálculo e ISI**

Correlação entre Receita Líquida e ISI	0,97
Correlação entre Resultado Operacional e ISI	0,78
Correlação entre Folha de Pagamento Bruta e ISI	0,98
Correlação entre Receita Líquida e ISI desconsiderando os Encargos Compulsórios	0,97
Correlação entre Resultado Operacional e ISI desconsiderando os Encargos Compulsórios	0,77
Correlação entre Folha de Pagamento Bruta e ISI desconsiderando os Encargos Compulsórios	0,97

Fonte – Balanços Sociais da Companhia

Como se pode ver na Tabela 3, a correlação entre Receita Líquida e Investimentos Sociais Internos, Folha de Pagamento Bruta e Investimentos Sociais Internos é caracterizada como uma correlação muito forte positiva e a correlação entre o Resultado Operacional e os Investimentos Sociais Internos é caracterizada como uma correlação forte positiva.

Uma limitação que foi percebida durante a execução da pesquisa, foi que não se pode analisar o ISI isoladamente dado que ele está diretamente relacionado ao corpo funcional, cujas unidades são o número de colaboradores. Uma análise que considere apenas o valor global dos ISI pode ser equivocada porque um aumento no valor global investido em empregados pode dar uma conotação de valorização dos empregados, quando na verdade, se o número total de funcionários estiver aumentando em maior velocidade que os ISI, os empregados estarão sofrendo uma involução em sua remuneração. Por isso, nesta pesquisa decidiu-se por analisar o ISI per capita como mostra a Tabela 4.

**Tabela 4 - Análise do ISI per capita**

Ano	2002	2003	2004	2005	2006	2007	% acumulado
ISI	1.203.043	1.368.146	1.720.142	2.101.618	2.610.932	2.971.325	
Varição anual		14%	26%	22%	24%	14%	147%
ISI sem Encargos Compulsórios	595.160	710.766	1.031.799	1.279.519	1.678.749	1.898.490	
Varição do ISI sem Encargos		19%	45%	24%	31%	13%	219%
Nº de funcionários	42.051	42.450	45.316	51.036	59.921	65.089	
Varição anual		1%	7%	13%	17%	9%	54%

Fonte – Balanços Sociais da Companhia

Como se pode observar na Tabela 4, os ISI e os ISI descontados os encargos compulsórios aumentaram mais de volume do que a variação do número de funcionários de modo que realmente houve um aumento do ISI *per capita*. Evidentemente esta análise não está livre ser

enviesada por um aumento concentrado em determinados grupos de empregados, tratando-se tão somente de uma variação média *per capita*.

Lembrando dos conflitos de interesse existentes dentro das entidades, entre os *stakeholders*, e estudados pela Teoria da Agência, os autores optaram por testar a suposição de que a valorização de empregados por meio de remunerações diretas ou indiretas pode acarretar numa melhoria da produtividade destes.

Correlacionando os aumentos dos ISI per capita com as variáveis Receita Líquida e Resultado Operacional, mesmo considerando que o cálculo de correlação não implica em relações causais, encontrou-se os dados elencados na Tabela 5.

**Tabela 5** - Correlação entre ISI per capita e itens da Base de Cálculo

Correlação	Receita Líquida	Resultado Operacional
ISI sem Encargos / Nº funcionários	0,9301	0,7711
ISI / Nº funcionários	0,9425	0,7984

Fonte - Balanços Sociais da Companhia

As correlações encontradas para a relação ISI *per capita* e os itens Receita Líquida e Resultado Operacional mostraram-se fortemente positivas.

#### 4.4 COMPORTAMENTO DOS INVESTIMENTOS SOCIAIS EXTERNOS – ISE

São reconhecidos como investimentos sociais externos as ações que beneficiam a população em geral, são elas Educação, Cultura, Saúde saneamento, Habitação, Esporte, Lazer e diversão, Creches, Alimentação, Combate à fome e segurança alimentar e Outros.

**Tabela 6 - Investimentos Sociais Externos 2002-2007**

<b>Indicador</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>
Educação	10.781	19.437	19.374	23.825	28.149	41.832
Cultura	26.381	32.100	27.648	28.199	34.776	49.439
Saúde e saneamento	1.657	3.630	1.134	2.418	1.873	2.697
Habitação	-	-	-	-	-	-
Esporte	-	-	50	-	-	435
Lazer e diversão	-	-	-	-	-	-
Creches	-	-	20	-	-	-
Alimentação	14	279	-	-	-	20
Combate à fome e segurança alimentar	-	-	1.257	6	-	-
Outros	25.636	10.627	26.208	24.914	45.179	93.088
<b>Total das contribuições para a Sociedade</b>	<b>64.469</b>	<b>66.073</b>	<b>75.691</b>	<b>79.362</b>	<b>109.977</b>	<b>186.511</b>
Tributos (excluídos encargos sociais)	1.396.694	2.606.985	3.549.405	4.692.436	5.539.365	7.618.436
<b>Total Indicadores Sociais Externos</b>	<b>1.461.163</b>	<b>2.673.058</b>	<b>3.625.096</b>	<b>4.771.798</b>	<b>5.649.342</b>	<b>7.804.947</b>

Fonte - Adaptado dos Balanços Sociais da Companhia

Verificou-se que os Tributos, Cultura, Educação e Outros foram os subindicadores que receberam as maiores somas de investimentos apresentando aumentos de 445%, 87%, 288% e 263%, respectivamente, no período analisado. A Tabela 7 apresenta os ISE em percentual no período de 2002-2007.

**Tabela 7 - Investimentos Sociais Externos 2002-2007 em %**

<b>Indicador</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>
Educação	0,7%	0,7%	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%
Cultura	1,8%	1,2%	0,8%	0,6%	0,6%	0,6%
Saúde e saneamento	0,1%	0,1%	0,0%	0,1%	0,0%	0,0%
Habitação	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Esporte	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Lazer e diversão	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Creches	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Alimentação	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Combate à fome e segurança alimentar	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Outros	1,8%	0,4%	0,7%	0,5%	0,8%	1,2%
<b>Total das contribuições para a Sociedade</b>	<b>4,4%</b>	<b>2,5%</b>	<b>2,1%</b>	<b>1,7%</b>	<b>1,9%</b>	<b>2,4%</b>
Tributos (excluídos encargos sociais)	95,6%	97,5%	97,9%	98,3%	98,1%	97,6%
<b>Total Indicadores Sociais Externos</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte - Adaptado dos Balanços Sociais da Companhia

O item Tributos teve maior representação em todo o período analisado, sendo responsável em média por 97,5% do total dos ISE; Cultura, Educação e Outros receberam 0,9%, 0,6% e 0,9% respectivamente. Na Tabela 8, estão apresentados os resultados que foram obtidos da correlação entre cada um dos itens da Base de Cálculo com o total de investimentos sociais internos. O cálculo foi feito considerando os Tributos (início da Tabela 8) e desconsiderando os mesmos (final da Tabela 8) dada à natureza de obrigatoriedade desses encargos que, segundo alguns não se trata de investimento social, e sim de simples cumprimento legal.

**Tabela 8 - Correlação entre Base de Cálculo e ISE**

Correlação entre Receita Líquida e ISE	1,00
Correlação entre Resultado Operacional e ISE	0,87
Correlação entre Folha de Pagamento Bruta e ISE	0,96
Correlação entre Receita Líquida e ISE desconsiderando os Tributos	0,92
Correlação entre Resultado Operacional e ISE desconsiderando os Tributos	0,82
Correlação entre Folha de Pagamento Bruta e ISE desconsiderando os Tributos	0,93

Fonte - Calculado sobre os Balanços Sociais da Companhia

Como se pode ver na Tabela 8, a correlação entre Receita Líquida e Investimentos Sociais Externos resulta em uma correlação perfeita positiva; Resultado Operacional e Investimentos

Sociais Externos é caracterizada como uma correlação forte positiva e Folha de Pagamento Bruta e Investimentos Sociais Externos é caracterizada como uma correlação muito forte positiva.

#### 4.5 COMPORTAMENTO DOS INVESTIMENTOS AMBIENTAIS - IA

São reconhecidos como investimentos ambientais as medidas que são tomadas em virtude da preservação e melhoria do Meio Ambiente, são elas Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa e Investimentos em programas e/ou projetos externos.

**Tabela 9 - Investimentos Ambientais 2002-2007**

<b>Indicador</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	20.200	-	4.539	2.627	2.305	28.000
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	-	411	358	350	396
<b>Total dos Investimentos em Meio Ambiente</b>	<b>20.200</b>	<b>-</b>	<b>4.950</b>	<b>2.985</b>	<b>2.655</b>	<b>28.396</b>

Fonte - Adaptado dos Balanços Sociais da Companhia

Verificou-se que os Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa, foi o subindicadores que recebeu a maior quantidade de investimentos apresentando um aumento de 39% no período analisado. A Tabela 10 apresenta os IA em percentual no período de 2002-2007.

**Tabela 10 - Investimentos Ambientais 2002-2007 em %**

<b>Indicador</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	100,0%	-	91,7%	88,0%	86,8%	98,6%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	0,0%	-	8,3%	12,0%	13,2%	1,4%
<b>Total dos Investimentos em Meio Ambiente</b>	<b>100,0%</b>	<b>-</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte - Adaptado dos Balanços Sociais da Companhia

O item Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa teve maior representação em todo o período analisado, sendo responsável por mais 80% do total dos IA. Na Tabela 11, estão apresentados os resultados que foram obtidos da correlação entre cada um dos itens da Base de Cálculo com o total de investimentos ambientais.

**Tabela 11** - Correlação entre Base de Cálculo e IA

Correlação entre Receita Líquida e IA	0,32
Correlação entre Resultado Operacional e IA	0,41
Correlação entre Folha de Pagamento Bruta e IA	0,43

Fonte - Calculado sobre os Balanços Sociais da Companhia

Como se pode ver na Tabela 11, a correlação entre Receita Líquida e Investimentos Ambientais resulta em uma correlação fraca positiva; Resultado Operacional e Investimentos Ambientais é caracterizada como uma correlação fraca positiva e Folha de Pagamento Bruta e Investimentos Ambientais é caracterizada como uma correlação fraca positiva.

## 5 CONCLUSÕES

Por meio deste trabalho foi possível identificar o desempenho dos investimentos socioambientais de uma instituição financeira de capital aberto durante o período de 2002 a 2007, analisando dados extraídos do Balanço Social de modelo IBASE da companhia e que foram coletados no sítio institucional da referida empresa.

A seção Base de Cálculo, e todos os itens que a compõem (Receita Líquida, Resultado Operacional e Folha de Pagamento Bruta) apresentam uma melhoria do desempenho no período analisado. Os itens da seção de Investimentos Sociais Internos que mais se destacaram foram Encargos sociais compulsórios, Participação nos lucros ou resultados, Alimentação e Saúde. Os Investimentos Sociais Externos mais relevantes no contexto analisado foram os itens de Tributos, Cultura, Educação e Outros. Os Investimentos Ambientais, por sua vez, foram quase que totalmente direcionados com as atividades de produção/operação da empresa.

Nesta pesquisa também foi possível correlacionar os itens da seção de Base de Cálculo e as seções de ISI, ISE e IA. Os itens Receita Líquida, Resultado Operacional e Folha de Pagamento Bruta apresentam uma correlação positiva forte com os ISI considerando os encargos compulsórios ou não, conforme mostrou a Tabela 3. Os itens Receita Líquida, Resultado Operacional e Folha de Pagamento Bruta também apresentaram forte correlação positiva com os ISE considerando os Tributos ou não, analogamente como foi calculado para os ISI, como mostra a Tabela 6.

Os Investimentos Ambientais – IA - se comportaram de maneira diversa dos ISI e ISE. Quando correlacionados os itens da seção de Base de Cálculo com os IA, os coeficientes positivos encontrados podem ser classificados como fracos ou moderadamente fracos. Ou seja, resumindo os cálculos de correlações, pode-se verificar que há correlações positivas muito fortes entre a Base de Cálculo e ISI e ISE e correlações fracas entre Base de Cálculo e Investimentos Ambientais.

Esses resultados vão ao encontro das correlações calculadas por Lanzarin *et al* (2009) para o Banco do Brasil, por Sousa *et al* (2009) em duas instituições financeiras e por Soares, Lanzarin e Casagrande (2010) em uma empresa siderúrgica. Outro ponto analisado foi a suposição de que

se há um aumento no investimento de ISI por funcionário, há um aumento na Receita Líquida ou no Resultado Operacional e as correlações calculadas, embora não mostrem uma relação causal, indicam uma associação forte entre as variáveis.

Como sugestões para trabalhos futuros apontam-se o estudo de empresas de outros setores bem como o estudo conjunto entre as informações apresentadas nos Balanços Sociais e nas Demonstrações do Valor Adicionado, principalmente no que diz respeito sobre a destinação de Valor Adicionado aos funcionários e os Investimentos Sociais Internos.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BRASIL. **Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre as sociedades por ações. Publicada no DOU, em 15 de dezembro de 1976.

CERETTA, Paulo Sérgio *et al.* Desempenho Financeiro e a Questão dos Investimentos Sócio-Ambientais. **RGSA - Revista de Gestão Social e Ambiental**, Salvador, v. 3, n. 3, p.72-84, dez. 2009.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Norma Brasileira de Contabilidade – T 15**. Disponível em: <[http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES\\_1003.doc](http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1003.doc)>. Acesso em: 08 jul. 2011.

CORREA, Paulo André de Barros; CARVALHO, Frederico Antônio Azevedo de; ALVES, Francisco José dos Santos. Gestão da Responsabilidade Social na Marinha do Brasil: Uma Proposta de Balanço Social a partir da Versão do IBASE. **RIC - Revista da Informação Contábil**, Recife, v. 3, n. 3, p.43-70, set. 2009.

DAVID, Afonso Rodrigo de. Balanço Social: Uma análise das informações evidenciadas pelas empresas. In: **CONVENÇÃO DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL**, 9, Gramado. **Anais...** Gramado: CRCRS, 2003.

EBSEN, Kamille Simas *et al.* A utilização do balanço social como ferramenta de verificação da aplicação da Lei nº 8.213/91: Um estudo multi-caso das instituições financeiras brasileiras com ações negociadas na Bovespa. **RGSA – Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 4., n. 3, p. 3-17, dez. 2010.

FREY, Márcia Rosane; MARCUZZO, Juliana Luísa; OLIVEIRA, Carine de. O Balanço Social como Ferramenta de Transparência para o Setor Público Municipal. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 4, n. 2, p.75-92, jun. 2008.

FREY, Márcia Rosane; SILVEIRA FILHO, Ubirajá. Análise das ações sociais das empresas detentoras do selo IBASE/Betinho - 2000. **Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p.9-28, ago. 2003.

GALLON, Alessandra de Vasconcelos; BEUREN, Ilse Maria; HEIN, Nelson. Evidenciação Contábil: itens de maior divulgação nos relatórios da administração das empresas participantes dos níveis de governança da Bovespa. **Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 19, n. 2, p.141-165, jun. 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo (SP): Atlas, 2010.

GODOY, Marina. **As Convergências e Divergências nas Informações disponibilizadas no Balanço Social entre três modelos utilizados no Brasil**. 2007. 103 f. Monografia (Bacharelado) - Curso de Ciências Contábeis, Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

GOODE, William Josiah; HATT, Paul Ktchener. **Métodos em pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

GUIMARÃES, Thiago Neiva; LEITE FILHO, Geraldo Alemandro. Empresas Modelo *versus* Empresas Não Modelo de Responsabilidade Social: Um Estudo Comparativo de Indicadores Econômico-Financeiros no Período de 2001 a 2004. **Enfoque: Reflexão Contábil**, Maringá, v. 26, n. 3, p.63-74, dez. 2007.

KITAHARA, J. R. **Responsabilidade Social e desempenho financeiro de empresas: Um estudo empírico utilizando o Balanço Social padrão IBASE**. Dissertação. (Mestrado em Administração.) São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

LANZARIN, Jovani *et al.* Balanço Social: Estudo de Caso de uma Instituição Financeira. In: Simpósio de Gestão Ambiental e Mudanças Climáticas, 1, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Universidade Positivo, 2009.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para Ciências Sociais Aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SOUSA, G. R. *et al.* Balanço Social: um Estudo Comparativo de duas Instituições Bancárias Brasileiras. In: CONGRESSO UFSC DE CONTROLADORIA E FINANÇAS, 3., 2009, Florianópolis. **Anais**. Florianópolis: UFSC, 2009.

MILES, M. B., HUBERMAN, A. M. **Qualitative data analysis: A source book of new methods**. Beverly Hills, C. A.: Sage, 1984.

PFITSCHER, Elisete Dahmer; MARIA, Giselle Cristine Machado. Balanço Social: estudo da cooperativa de crédito Sicoob Credisc. In: CONGRESSO UFSC DE CONTROLADORIA E FINANÇAS, 4, Florianópolis. **Anais...** Congresso UFSC de Controladoria e Finanças, IV. Florianópolis: UFSC, 2011.

RICHARTZ, Fernando; FREITAS, Claudio Luiz, PFITSCHER, Elisete Dahmer. Análise de Sustentabilidade Ambiental em uma indústria de bebidas: um enfoque no processo produtivo. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 6, n. 12, p. 35-52, jul./dez. 2009.

RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa. Lei estadual n. 11.440, de 18 de janeiro de 2000. Cria o Certificado Responsabilidade Social – RS – para empresas estabelecidas no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid\\_Tipo=TEXT0&Hid\\_TodasNormas=3715&hTexto=&Hid\\_IDNorma=3715](http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXT0&Hid_TodasNormas=3715&hTexto=&Hid_IDNorma=3715)>. Acesso em: 08 jul. 2011.

SANTA CATARINA. Assembleia Legislativa. Lei estadual n. LEI Nº 12.918, de 23 de janeiro de 2004. Cria o Certificado de Responsabilidade Social de Santa Catarina para empresas estabelecidas em território catarinense. Disponível em: <[http://carapicu.alesc.sc.gov.br/ALESC/DOCS/2004/12918\\_2004\\_Lei.doc](http://carapicu.alesc.sc.gov.br/ALESC/DOCS/2004/12918_2004_Lei.doc)>. Acesso em 12 ago. 2011.

SANTOLIN, Adriano Domingues; FREY, Márcia Rosane. O papel do Balanço Social na gestão empresarial. **Contabilidade Vista e Revista**, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p.61-81, ago. 2005.

Investimentos sociais e ambientais de uma instituição financeira: evidenciação por meio de Balanço Social  
SOARES, Sandro Vieira; LANZARIN, Jovani; PFITSCHER, Elisete Dahmer

SOARES, Sandro Vieira; LANZARIN, Jovani; CASAGRANDE, Maria Denize Henrique. Análise estatística do modelo IBASE de balanço social de uma empresa do setor de siderurgia. **Enfoque: Reflexão Contábil**, Maringá, v. 29, n. 2, p. 27-39, maio/ago. 2010.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004.

TREVISAN, F. A. Balanço social como instrumento de *marketing*. In: **RAE Eletrônica**, v. 1, n. 2, jul-dez, 2002.